CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Reprodução Instagram

Suposto conluio pode anular Lava Jato

Lava Jato e Mãos Limpas: a história de fracasso se repete

O hoje senador Sergio Moro (União-PR) nunca escondeu de ninguém que a fonte de inspiração da Operação Lava Jato foi a Operação Mãos Limpas da Itália, que ele sempre preferiu chamar pelo nome original, Mani Pulite. Ainda em 2004, Moro escreveu um texto elogioso à operação italiana e a seus métodos, como as estratégias que eram montadas para pressionar envolvidos a fazer delações premiadas. Como a Lava Jato só começou em 2014, depreende-se que Moro sonhou por dez anos com uma Operação Mãos Limpas para chamar de sua. É incrível, mas Moro conseguiu copiar a Mãos Limpas tanto no que ela teve de sucesso quanto no que teve de fracasso. Do combate à corrupção ao fracasso, movido por desmandos e vaidade.

Aventureiros

E nenhuma das duas foi capaz de extinguir a corrupção. Nos dois países, o resultado foi a desmoralização da política, com o aparecimento de aventureiros e outsiders. Na Itália, o principal deles foi o empresário Silvio Berlusconi, também envolvido em casos de corrupção.

Anulação

Aqui, a descoberta de conluio entre os procuradores e os juízes vai anulando as condenações. Para o advogado e analista político Melillo Dinis, o que acontece agora com as decisões de Dias Toffoli sobre o acordo da Odebrecht vai se repetir.

Nelson Jr/SCO/STF

Anulações feitas por Toffoli devem se repetir

O risco é jogar o bebê fora com a água da bacia

A tese de doutorado em Direito de Melillo, na Argentina, foi justamente sobre os métodos da Justiça de combate à corrupção. Melillo observa que não pode ser função do Poder Judiciário o combate à corrupção. "Essa é uma função da polícia, do Ministério Público. Ao Judiciário, cabe instaurar os processos e condenar envolvidos com base na legislação", defende. Essa confusão de papeis fez com que se acentuasse uma "sanha justiceira", que fez muitos juízes acharem que podiam passar por cima das regras em nome de uma causa maior. Mas Melillo adverte: é preciso cuidado para não jogar o bebê fora com a água da bacia.

Nem tudo

Primeiro, nem tudo o que foi apurado na Operação Lava Jato é mentira. Houve casos confessos de corrupção. E pessoas que foram justamente condenadas. "Se por um lado é preciso sanar os erros processuais, por outro lado há muita prova que não deve ser desconsiderada".

R$ 25 bilhões

Os acordos de leniência com as empresas, fizeram, por exemplo, voltar aos cofres públicos cerca de R$ 25 bilhões desviados em casos de corrupção. Anulados os processos, essa dinheirama será devolvida às empresas? Quem é que irá pagar essa conta bilionária?

Como?

Melillo menciona que, no caso da Mãos Limpas, houve processos anulados, mas não houve devolução de dinheiro recolhido. Como tais coisas serão corrigidas aqui, como se vai separar no Brasil o joio do trigo da Lava Jato, Melillo confessa não saber a resposta.

Solução

Para Melillo, tais soluções sobre o futuro da Lava Jato e suas consequências são algo que precisa ser formulado pelo Ministério Público. Agora, com o devido bom senso ocupando o lugar da suprema vaidade que fez procuradores e juízes da Lava Jato sucumbirem.

Congresso avaliará vetos presidenciais nesta terça

Destaques são saidinhas e cronogramas de emendas

Por Gabriela Gallo

Waldemir Barreto

Governo ainda tem esperança de manter o veto das saidinhas dos presos

Apesar da semana com feriado de Corpus Christi, nesta quinta-feira (30), o Congresso segue com uma semana ativa. Nesta segunda-feira (27), a Câmara dos Deputados convocou parlamentares para participarem de sessão presencial no plenário da Casa, data que não costuma ter votação ou discussão de projetos. Os parlamentares votaram requerimento de urgência do projeto de lei que cria o Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Violência contra a Mulher (CNPC Mulher).

E, nesta terça-feira (28), o dia também promete ser movimentado nas duas Casas. Às 10h o Grupo de Trabalho (GT) responsável por discutir a regulamentação da reforma tributária na Câmara dos Deputados irá se reunir pela primeira vez com o secretário extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy, que irá detalhar o Projeto de Lei Complementar (PLP) 68/2024 apresentado pelo governo que regulamenta a medida, para tirar dúvidas e discutir eventuais mudanças.

Vetos

Mas o destaque para esta terça-feira é a sessão conjunta no plenário do Congresso Nacional, às 14h, para dar continuidade à análise dos vetos presidenciais e projetos de lei que abrem créditos orçamentários extras propostos pelo Poder Executivo. Serão analisados 26 vetos, que inicialmente seriam apreciados por deputados e senadores em 9 de maio, porém, foram adiados para esta segunda sessão acerca por falta de acordo congre governo e Congresso.

Dentre os vetos , o foco são vetos referentes à economia e o veto parcial à lei que restringe a saída temporária dos presos do regime semiaberto, as chamadas "saidinhas". Após um acordo entre representantes governistas e oposicionistas, o governo tem esperança de conseguir manter os dois vetos referentes às "saidinhas" e ao cronograma de pagamento de emendas de congressistas, previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). No entanto, ainda existe a possibilidade de acontecer mudanças até a sessão, especialmente no caso das "saidinhas".

No caso das saidinhas, o poder Executivo argumenta que impedir a saída temporária de pessoas privadas de liberdade – medida socioeducativa que permite a saída de presidiários que apresentarem bom comportamento – é inconstitucional, defendendo que a manutenção de visita esporádica à família "minimiza os efeitos do cárcere e favorece o paulatino retorno ao convívio social".

Orçamento

Já os vetos referentes ao orçamento, o cronograma de pagamento de emendas de parlamentares será uma tentativa do governo em ter um "respiro" em derrotas orçamentárias. Na sessão de vetos do dia 9 de maio, os parlamentares derrubaram parcialmente o veto de R$ 5,6 bilhões em emendas de comissão.

Outro ponto que será analisado é o veto ao Orçamento deste ano para destinação de R$ 85,8 milhões para o Ministério das Comunicações investir em ações de inclusão digital.

Além dos vetos, os congressistas também irão examinar créditos suplementares, que liberam mais recursos para projetos previstos no Orçamento, e créditos especiais, usados para necessidades não contempladas anteriormente. Os nove projetos de lei do Congresso Nacional (PLNs) em pauta preveem R$ 2 bilhões de reforço orçamentário.

Outro veto se refere ao veto 46/21 à Lei 14.197/21, que revogou a antiga Lei de Segurança Nacional (LSN) e foi parcialmente vetada pelo então presidente Jair Bolsonaro (PL). O veto do ex-presidente impediu a tipificação do crime de comunicação enganosa em massa (disseminação de fake news), com pena de até cinco anos de reclusão.

Imposto chinês

Havia ainda a expectativa de a Câmara colocar em votação o projeto de Mobilidade Verde (Mover), no qual foi incluída a taxação para importações até US$ 50, que ganhou o apelido de "imposto chinês".

O projeto vem sendo defendido pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), mas há uma expectativa de que não seja aprovado, por conta de uma "aliança" entre o PT do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o PL do ex-presidente Jair Bolsonaro. Em campos opostos na política, ambos os partidos são contrários à taxação.

Por essa razão, para não ser derrotado, Lira acabou não colocando o projeto em votação na sessão desta segunda.

Senado discute PEC de "privatização" das praias

Por Gabriela Gallo

Waldemir Barreto/Senado

Quem defende diz que PEC não privatizará as praias

O Senado Federal voltou a discutir a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 03/2022, que transfere os chamados terrenos de Marinha – ou seja, áreas litorâneas da União – para governos locais, além de conceder a possibilidade da iniciativa privada comprar o espaço. Nesta segunda-feira (27), a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado realizou uma audiência pública para discutir e buscar esclarecer o tema. A audiência foi convocada pelo senador Rogério Carvalho (PT-SE), que é contrário à medida.

A proposta da medida exclui o inciso VII do artigo 20 da Constituição, que afirma que os terrenos da Marinha são de propriedade da União, transferindo gratuitamente para os estados e municípios "as áreas afetadas ao serviço público estadual e municipal, inclusive as destinadas à utilização por concessionárias e permissionárias de serviços públicos". Atualmente, a Marinha detém a propriedade de praias, margens de rios e lagoas onde há a influência das marés.

O texto, de relatoria do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), declara que as áreas que atualmente são usadas pelo serviço público federal, as unidades ambientais federais e as áreas ainda não ocupadas permanecerão como propriedade da União. Já no caso dos proprietários da iniciativa privada, o texto prevê a transferência mediante pagamento para as pessoas inscritas regularmente "no órgão de gestão do patrimônio da União até a data de publicação" da Emenda à Constituição.

O relator senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) afirma que a proposta visa oferecer segurança jurídica às pessoas que moram no litoral. "O cidadão tem que pagar tributação exagerada sobre os imóveis em que vivem: pagam foro, taxa de ocupação e IPTU. Já os municípios sofrem restrições ao desenvolvimento de políticas públicas quanto ao planejamento territorial urbano em razão das restrições de uso dos bens sob domínio da União", afirmou.

Praias

A PEC foi alvo de críticas por trazer a preocupação de uma possível privatização de praias brasileiras. O deputado Alceu Moreira (MDB-RS), que foi relator do projeto na Câmara dos Deputados, participou por videoconferência da sessão e negou que a PEC visa a privatização das praias, alegando que o texto não cita essa possibilidade.

Em resposta, o deputado federal Túlio Gadêlha (REDE-PE) disse que, apesar de o texto não explicitar a privatização de praias, abre margem para impedir, ou pelo menos dificultar, o acesso da população às praias, especialmente em terrenos que possam ser adquiridos pela iniciativa privada.

Pouco antes da audiência, o relator da proposta negou as afirmações e disse que as praias seguirão sendo públicas. "Esta PEC trata de terrenos que já estão ocupados. Portanto, muitas ocupações irregulares acabam não preservando o meio ambiente, jogando esgoto a céu aberto. Mas quando a pessoa tem a propriedade desse bem, ela vai cuidar melhor, vai poder ser autuada pelo município para receber saneamento básico regular", defendeu Flávio Bolsonaro.

Impactos ambientais

Mas além da questão social acerca do acesso às praias, ambientalistas alertam sobre os impactos ambientais da privatização dessas áreas litorâneas.

Durante a sessão, a senadora Leila Barros (PDT-DF) pediu para que o projeto também fosse discutido na Comissão de Meio Ambiente (CMA) no Senado antes de ser votado nas demais comissões da Casa. A medida não foi descartada pelos parlamentares presentes na sessão, mas ainda não foi agendada uma data para a CMA debater o assunto.

Ao Correio da Manhã, o diretor adjunto do Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS), Marcos Woortmann destacou que, do ponto de vista ambiental, se a medida que flexibiliza as leis ambientais for aprovada, ela pode resultar em um aumento no desmatamento dessas regiões.

"E nesse caso nós estamos falando de trechos extremamente raros de restinga e bioma mata atlântico, que hoje é um dos biomas com menor índice de proteção de todos. Então, a partir de um projeto irresponsável como esse, é possível inclusive prever a perda definitiva, a extinção, de espécies vegetais e animais", destacou o ambientalista.